

I ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO

**ACESSO À JUSTIÇA E FORMAS DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS**

A174

Acesso à justiça e formas de solução de conflitos [Recurso eletrônico on-line] organização I Encontro Nacional de Direito do Futuro: Escola Superior Dom Helder Câmara – Belo Horizonte;

Coordenadores: Ronan Ramos Júnior, João Sergio dos Santos Soares Pereira e Angélica Cerdotes – Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara - ESDHC, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-939-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os desafios do humanismo na era digital.

1. Direito do Futuro. 2. Humanismo. 3. Era digital. I. I Encontro Nacional de Direito do Futuro (1:2024 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



I ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO

ACESSO À JUSTIÇA E FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Apresentação

O Encontro Nacional de Direito do Futuro, realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2024 em formato híbrido, constitui-se, já em sua primeira edição, como um dos maiores eventos científicos de Direito do Brasil. O evento gerou números impressionantes: 374 pesquisas aprovadas, que foram produzidas por 502 pesquisadores. Além do Distrito Federal, 19 estados da federação brasileira estiveram representados, quais sejam, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

A condução dos 29 grupos de trabalho do evento, que geraram uma coletânea de igual número de livros que ora são apresentados à comunidade científica nacional, contou com a valiosa colaboração de 69 professoras e professores universitários de todo o país. Esses livros são compostos pelos trabalhos que passaram pelo rigoroso processo double blind peer review (avaliação cega por pares) dentro da plataforma CONPEDI. A coletânea contém o que há de mais recente e relevante em termos de discussão acadêmica sobre as perspectivas dos principais ramos do Direito.

Tamanho sucesso não seria possível sem o apoio institucional de entidades como o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Mestrado Profissional em Direito e Inovação da Universidade Católica de Pernambuco (PPGDI/UNICAP), o Programa RECAJ-UFGM – Ensino, Pesquisa e Extensão em Acesso à Justiça e Solução de Conflitos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão de Direito e Inteligência Artificial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, o Grupo de Pesquisa em Direito, Políticas Públicas e Tecnologia Digital da Faculdade de Direito de Franca e as entidades estudantis da UFGM: o Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP) e o Centro Acadêmico de Ciências do Estado (CACE).

Os painéis temáticos do congresso contaram com a presença de renomados especialistas do Direito nacional. A abertura foi realizada pelo professor Edgar Gastón Jacobs Flores Filho e pela professora Lorena Muniz de Castro e Lage, que discorreram sobre o tema “Educação jurídica do futuro”. O professor Caio Lara conduziu o debate. No segundo e derradeiro dia, no painel “O Judiciário e a Advocacia do futuro”, participaram o juiz Rodrigo Martins Faria,

os servidores do TJMG Priscila Sousa e Guilherme Chiodi, além da advogada e professora Camila Soares. O debate contou com a mediação da professora Helen Cristina de Almeida Silva. Houve, ainda, no encerramento, a emocionante apresentação da pesquisa intitulada “Construindo um ambiente de saúde acessível: abordagens para respeitar os direitos dos pacientes surdos no futuro”, que foi realizada pelo graduando Gabriel Otávio Rocha Benfica em Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ele foi auxiliado por seus intérpretes Beatriz Diniz e Daniel Nonato.

A coletânea produzida a partir do evento e que agora é tornada pública tem um inegável valor científico. Seu objetivo é contribuir para a ciência jurídica e promover o aprofundamento da relação entre graduação e pós-graduação, seguindo as diretrizes oficiais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, busca-se formar novos pesquisadores nas mais diversas áreas do Direito, considerando a participação expressiva de estudantes de graduação nas atividades.

A Escola Superior Dom Helder Câmara, promotora desse evento que entra definitivamente no calendário científico nacional, é ligada à Rede Internacional de Educação dos Jesuítas, da Companhia de Jesus – Ordem Religiosa da Igreja Católica, fundada por Santo Inácio de Loyola em 1540. Atualmente, tal rede tem aproximadamente três milhões de estudantes, com 2.700 escolas, 850 colégios e 209 universidades presentes em todos os continentes. Mantida pela Fundação Movimento Direito e Cidadania e criada em 1998, a Dom Helder dá continuidade a uma prática ético-social, por meio de atividades de promoção humana, da defesa dos direitos fundamentais, da construção feliz e esperançosa de uma cultura da paz e da justiça.

A Dom Helder mantém um consolidado Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental e Sustentabilidade, que é referência no país, com entradas nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Mantém revistas científicas, como a Veredas do Direito (Qualis A1), focada em Direito Ambiental, e a Dom Helder Revista de Direito, que recentemente recebeu o conceito Qualis A3.

Expressamos nossos agradecimentos a todos os pesquisadores por sua inestimável contribuição e desejamos a todos uma leitura excelente e proveitosa!

Belo Horizonte-MG, 29 de julho de 2024.

Prof. Dr. Paulo Umberto Stumpf – Reitor da ESDHC

Prof. Dr. Franclim Jorge Sobral de Brito – Vice-Reitor e Pró-Reitor de Graduação da ESDHC

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – Pró-Reitor de Pesquisa da ESDHC

VOZES ABAFADAS: O MASSACRE DOS CONGOLESES E O SILÊNCIO SELETIVO DA MÍDIA INTERNACIONAL

MUFFLED VOICES: THE MASSACRE OF THE CONGOLESE AND THE SELECTIVE SILENCE OF THE INTERNATIONAL MEDIA

Maria Clara Rodrigues Vieira

Resumo

A pesquisa aborda o conflito na República Democrática do Congo e a omissão midiática que o acompanha, destacando suas raízes no imperialismo. Enquanto conflitos como os da Ucrânia e Palestina recebem ampla cobertura, a situação no Congo é negligenciada, obscurecendo as injustiças enfrentadas pelos congoleses. O estudo enfatiza a gravidade do conflito, uma guerra desigual entre uma organização poderosa e civis vulneráveis. A negligência em relação à RD Congo reflete o racismo estrutural. A autora destaca a urgência de focar na crise humanitária no Congo, chamando atenção para uma situação que exige reconhecimento e ação imediata.

Palavras-chave: República democrática do congo, Omissão midiática, Imperialismo, Crise humanitária

Abstract/Resumen/Résumé

The research addresses the conflict in the Democratic Republic of Congo and the media omission that accompanies it, highlighting its roots in imperialism. While conflicts such as those in Ukraine and Palestine receive widespread coverage, the situation in Congo is neglected, obscuring the injustices faced by the Congolese. The study emphasizes the severity of the conflict, an unequal war between a powerful organization and vulnerable civilians. The neglect of DR Congo reflects structural racism. The author highlights the urgency of focusing on the humanitarian crisis in Congo, drawing attention to a situation that demands recognition and immediate action.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Democratic republic of congo, Media omission, Imperialism, Humanitarian crisis

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa procura apresentar as discussões acerca do “conflito” que está acontecendo na República Democrática do Congo e a premeditada omissão midiática. A problemática também será tratada à luz de sua historicidade, de modo a focar no passado da nação permeado pelo imperialismo e como tal contexto ainda possui suas marcas no hodierno cenário. Em verdade, como posto anteriormente, a atual conjuntura mal pode ser chamada de mero conflito; é uma guerra entre uma organização altamente treinada e articulada contra civis em uma situação de extrema vulnerabilidade.

Na contemporaneidade, são incontáveis as guerras recorrentes que assolam as várias regiões do mundo. As mais faladas, documentadas e cobertas pela mídia, atualmente, são a da Ucrânia vs. Rússia e Palestina vs. Israel. Nesse sentido, a questão da RD Congo é tida como um conflito silencioso, dada a ausência de notícias relacionadas pelos veículos de comunicação ao redor do globo. Deveras, as informações oficiais e fidedignas provêm de fontes seriamente limitadas e que não fornecem um panorama completo das injustiças e hostilidades locais.

Dessa forma, de maneira alguma venho por meio deste trabalho desmerecer ou criar uma hierarquia de importância entre guerras; todas têm sua devida relevância e necessidade de atenção. Contudo, acredito que, no momento, a República Democrática do Congo mereça um foco e interesse maiores, já que ela está sendo totalmente ignorada e esquecida pela imprensa e, conseqüentemente, pela população. Lamentavelmente, o olvidamento e negligência perante os países africanos é realidade palpável e determina o racismo estrutural ainda intensamente presente.

No tocante à metodologia da pesquisa, o presente resumo expandido utilizou, com base na classificação de Gustin, Dias e Nicácio (2020), a vertente metodológica jurídico-social. Com relação ao tipo genérico de pesquisa, foi escolhido o tipo jurídico-projetivo. Por sua vez, o raciocínio desenvolvido na pesquisa foi predominantemente dialético. Quanto ao gênero de pesquisa, adotou-se a pesquisa teórica-bibliográfica.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A República Democrática do Congo (RDC), situada na África Central, faz fronteira com Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia. O país conquistou sua independência do domínio belga em 1960, e sua economia é predominantemente baseada na exploração de recursos minerais, como diamantes, ouro e coltan, este último amplamente utilizado na tecnologia devido à sua alta resistência térmica.

Em 1994, mais de um milhão de refugiados hutus de Ruanda chegaram ao Zaire (nome da RDC entre 1971 e 1997), desencadeando conflitos na província de Kivu do Norte, predominantemente habitada por tutsis. Esses refugiados fugiam da Guerra Civil de Ruanda. O ministro da Defesa de Ruanda na época, Paul Kagame (atual presidente), apoiou a formação da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL) com o objetivo de combater os hutus e se opor ao governo congolês que abrigava esses refugiados. Este apoio culminou na Primeira Guerra do Congo (1996-1997), que resultou na morte de mais de 250 mil pessoas e na derrubada do presidente Mobutu Sese Seko, sendo substituído por Laurent-Désiré Kabila.

Entre 1998 e 2003, a Segunda Guerra do Congo eclodiu quando Ruanda, com o apoio do governo ugandense, invadiu a RDC para eliminar focos de milícias hutus, argumentando que a possibilidade de fortalecimento desses povos ameaçava sua soberania. O presidente totalitário Laurent-Désiré Kabila rompeu relações com Ruanda e Uganda. Esse conflito, que resultou em quase 4 milhões de mortos, envolveu militares, civis e membros de milícias. Após o assassinato de Laurent-Désiré Kabila em 2001, seu filho Joseph Kabila assumiu a presidência.

É de se pensar que a situação estaria estabilizada desde então. Contudo, não é possível afirmar que a República Democrática do Congo usufruiu de um momento de tranquilidade. Apesar de acordos de paz terem sido assinados entre a RDC e Ruanda, existiam ainda inúmeros conflitos, não apenas de natureza étnica, mas também econômica. No dia 23 de março de 2012, foi fundado o M23, uma milícia de maioria tutsi, fortemente armada e com apoio da presidência ruandesa, operando na província de Kivu do Norte, que havia conseguido êxito na tomada de Goma, capital da província. Contudo, em 2013, recuaram, devido a negociações com a ONU, oferecendo um cessar-fogo temporário.

O governo ruandês de Paul Kagame, frequentemente caracterizado como autoritário e neofascista, nega envolvimento com o M23. Entretanto, a população hutu na RDC continua a sofrer ataques dessa milícia. Dados da ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) indicam que, de 2017 até 2023, mais de 6,2 milhões de pessoas foram deslocadas internamente e 1,3 milhão se tornaram refugiadas. Além disso, existem graves denúncias de trabalho infantil em minas, abusos sexuais e tortura de mulheres, entre outras atividades realizadas em condições extremamente insalubres.

Tal regência ruandesa possui apoio internacional dos Estados Unidos, Bélgica, Reino Unido, França e Israel. De fato, Ruanda é um enclave imperialista no meio da África, sendo usada como mecanismo de alcance dos propósitos colonialistas dos países supracitados.

2. O PROBLEMA ESTRUTURAL: O IMPERIALISMO

Como já citado anteriormente, no século XIX, a ação imperialista belga se estabeleceu na região do Congo, na parte central do continente africano. Em 1885, o domínio belga nessa região foi confirmado na chamada Conferência de Berlim, quando o rei Leopoldo II transformou o extenso território em sua propriedade pessoal. Após uma sangrenta e extensa guerra civil, no ano de 1959, a radicalização das manifestações acabou forçando o reino belga a reconhecer a independência congoleza. No ano seguinte, foi inaugurado o Estado Livre do Congo. Não obstante, tal “libertação” não foi suficiente para garantir, de fato, uma autonomia aos congolezes e a superação de seu passado hediondo.

Os conflitos da República Democrática do Congo têm relação direta com o imperialismo europeu (Congo Belga, antes de 1960), que deixou marcas profundas no país referentes as desigualdades sociais e díspar distribuição de riquezas, além das disputas étnicas, apesar de contar com um vasto território, solo fértil e recursos naturais em abundância.

Nesse viés, Vladimir Lenin, um dos principais teóricos marxistas do século XX, em sua obra "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo" (1916), conceitua o imperialismo como a fase mais avançada e última do capitalismo, caracterizada pela supremacia dos monopólios e cartéis, pela expansão dos mercados globais e pela partição do mundo entre potências coloniais e imperialistas. Ele sustenta que o surgimento do imperialismo se dá como uma reação à crise do capitalismo, visando a conquista de novos mercados, recursos naturais e áreas de investimento para a consolidação da acumulação de capital. Sob essa perspectiva, Lenin enfatiza o imperialismo como uma modalidade de concentração do capital em mãos restritas, em que os monopólios exercem domínio sobre a economia e influenciam o aparelho estatal.

Ademais, países do centro do capitalismo exploram os países da periferia do capitalismo. É daí que eles extraem sua riqueza. Os altos índices de desenvolvimento humano, acesso à saúde e políticas públicas das nações desenvolvidas é graças à super-exploração dessa periferia. Todavia, essa relação não é muito visível, sendo bastante velada. Destarte, foi exatamente isso que aconteceu com a República Democrática do Congo.

A situação que vemos hoje não é simples resquício do imperialismo, mas sim continuidade dele; provêm da arcaica mentalidade da partilha da África de 1890 do Tratado de Berlim, que desrespeita costumes, culturas, particularidades, rituais e, sobretudo, a vida.

Uma questão complexa e sensível diz respeito ao processo de ocupação territorial belga, evidenciando um aspecto delicado da história colonial congoleza. Frequentemente, os imperialistas, desconsiderando a historicidade e as particularidades dos povos locais, amalgamaram em um mesmo território etnias e tribos com rivalidades ancestrais. Como

resultado, mesmo após o término do domínio colonial, essas regiões da RDC permanecem mergulhadas em conflitos, guerras civis e episódios genocidas, como o atualmente tratado.

Além disso, é imperativo salientar que a presença estrangeira foi acompanhada por uma exploração voraz dos recursos naturais do país, com foco principalmente no coltan (utilizado para fabricação de produtos tecnológicos, como aparelhos digitais de telefonia móvel). Deveras, a maioria maior das pessoas que são escravizadas nas minas, dentre elas crianças, mulheres e homens, nunca chegou a tocar em um celular.

Como resultado, esse país que poderia, em teoria, desfrutar de uma situação econômica e social mais estável, enfrenta a escassez de recursos vitais para o bem-estar de sua população. Atualmente, não apenas a República Democrática do Congo, como várias regiões sob domínio colonial, enfrentam os flagelos da miséria e da pobreza, resultado direto dessa exploração desmedida e da desigualdade estrutural perpetuada pelo colonialismo. Outrossim, há ainda uma disputa entre as supracitadas milícias pelo poder das riquezas minerais e domínio dessas minas do RDC.

Sendo assim, faz-se imprescindível uma análise mais próxima da realidade enfrentada. Logo, consoante Hortense Mbuyi, nativa da República Democrática do Congo e atualmente residente no Brasil,

Hoje estamos falando de holocausto. É genocídio o que está acontecendo. Não existe guerra civil no Congo; não existe conflito étnico de gente que está sendo elevado a nível internacional. O que está acontecendo no Congo é uma invasão pelos países da fronteira, com o apoio do imperialismo.

...estão exterminando os congoleses para exterminar os povos originários, para adquirir essas terras, com o apoio dos imperialistas, a fim de obter os tão valiosos minerais. (Mbuyi, 2024).

Deveras, denota-se o caráter destrutivo, parasitário e aniquilador das nações imperialistas na RDC, com foco especial nos Estados Unidos, Bélgica, Reino Unido, França e Israel. Isto posto, pode-se inferir que é um país vítima da sua natureza e vítima da sua riqueza. Além de tudo, é um país que vive em miséria, que desde os primórdios de sua criação sofre perseguição. Ainda de acordo com Mbuyi, a África não precisa de ajuda: ela precisa de respeito. É necessário respeitar a soberania de seu país.

3. A SELETIVA OMISSÃO MIDIÁTICA

Como já foi abordado, a situação da República Democrática do Congo não está sendo discutida e disseminada pela mídia. Um poderia dizer que ela está sendo ofuscada pelos atuais eventos da Palestina, tal qual ocorreu com a ausência e marginalização da Guerra do Contestado ofuscada pela Primeira Guerra Mundial, o que ocasionou uma escassa documentação e memória excludente. Dessarte, apesar de também verídico, a conjunção possui adversidades muito mais profundas.

É fato que as premissas e problemáticas envolvendo o continente africano são totalmente menosprezadas e ignoradas pela imprensa, e o motivo é bem evidente: o racismo estrutural. Inquestionavelmente, a África é alvo de olhares discriminantes, xenofóbicos e agressivos, que apenas perpetuam estigmas relacionados ao seu povo.

De acordo com Teun A. van Dijk (2017), em seu livro *"Racism and the Press"*, a mídia desempenha um papel significativo na manifestação e na negação do racismo, tanto explicitamente quanto de forma mais sutil, e que sua influência é fundamental para entender a percepção pública sobre questões raciais. Torna-se imprescindível salientar como os meios de comunicação retratam questões raciais e étnicas, desde representações estereotipadas até narrativas que reforçam preconceitos e discriminação. A mídia não apenas reflete as relações de poder existentes na sociedade, mas também as reproduz e as legitima por meio de seu discurso. Isso significa que as narrativas racistas na imprensa não são apenas reflexos de preconceitos individuais, mas também ferramentas de opressão e dominação por parte dos grupos dominantes.

Outrossim, Van Dijk explora como o racismo na mídia não se limita apenas à presença de linguagem abertamente racista, mas também pode ser sutil e insidioso. Ele destaca, assim, o papel das estruturas discursivas e das práticas jornalísticas na construção de hierarquias raciais e na exclusão de vozes e perspectivas marginalizadas. Essas representações muitas vezes perpetuam estigmas e desigualdades raciais, alimentando preconceitos e reforçando estruturas de poder existentes.

Nessa orientação, o crítico literário palestino Edward Said (1993) argumenta que o colonialismo não se limita ao domínio territorial e econômico das potências coloniais sobre os povos colonizados, mas também envolve uma relação de poder assimétrica e uma narrativa de superioridade cultural e racial. De fato, as potências coloniais construíram uma imagem tanto do oriente quando do território africano como um espaço exótico, bárbaro e subdesenvolvido, em contraposição à sua própria civilização ocidental "superior". Essa representação serviu para legitimar a dominação colonial e justificar a exploração dos recursos naturais e humanos das colônias.

Além disso, Angela Davis (2012), proeminente ativista dos direitos civis, alega que

O silêncio da mídia é uma escolha, uma escolha que reflete as prioridades e interesses daqueles que controlam os meios de comunicação. Ao optar por ignorar ou minimizar os crimes raciais, a mídia não apenas falha em sua responsabilidade de informar o público, mas também se torna cúmplice na manutenção das estruturas de poder que perpetuam a injustiça racial. (Davis, 2012).

Para mais, é indispensável destacar que as únicas fontes verídicas cobrindo o conflito são basicamente o Conselho de Segurança da ONU e a Anistia Internacional, que são bons para trazer informações duras, como dados de fatalidade, diáspora e refugiados, mas nunca fazem uma análise envolvendo o contexto estrutural do imperialismo, colonialismo e racismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações apresentadas ao longo desta pesquisa, torna-se evidente a urgência de abordar o genocídio que assola a República Democrática do Congo sob uma nova perspectiva. Não se trata apenas de mais uma guerra em meio ao panorama global de conflitos, mas sim de uma crise humanitária complexa, marcada pela violência e pelo sofrimento de civis em situação de extrema vulnerabilidade.

A análise histórica revela as raízes profundas desse conflito, enraizadas no passado colonial e imperialista da nação. O legado dessas injustiças históricas continua a reverberar no presente, exacerbando as tensões e a instabilidade no país. Conclui-se que a condição pós-colonial não significa simplesmente o fim do colonialismo, mas sim a continuação de suas formas de opressão e exploração de novas maneiras. A descolonização política não foi acompanhada por uma descolonização cultural e epistemológica, e os povos colonizados ainda lutam para reivindicar sua voz e sua agência na arena global.

No entanto, é alarmante constatar a falta de cobertura midiática e atenção internacional dedicada a essa crise. Enquanto outras guerras recebem ampla visibilidade e cobertura jornalística, a guerra na RD Congo permanece em grande parte ignorada e esquecida pela imprensa global.

Nesse contexto, é crucial reconhecer o papel da mídia na perpetuação do silêncio em torno desse conflito. A omissão midiática não apenas obscurece a realidade do sofrimento do povo congolês, mas também perpetua uma narrativa de desigualdade e negligência em relação

aos países africanos. Essa falta de atenção reflete um padrão mais amplo de racismo estrutural, onde as vidas e os direitos das pessoas africanas são desvalorizados e marginalizados.

Portanto, é fundamental que esta pesquisa não apenas traga à tona as questões cruciais relacionadas ao conflito na RD Congo, mas também sirva como um apelo à ação e à conscientização. Devemos reconhecer a importância de dar voz às vítimas e desafiar o silêncio midiático que obscurece sua realidade. Somente através do reconhecimento e da mobilização coletiva podemos trabalhar em direção a uma solução para essa crise humanitária e promover uma mídia mais responsável e inclusiva em relação aos conflitos globais.

5. REFERÊNCIAS

- DIJK, Teun A. Van. **Racism and the Press**. Londres e Nova York: Routledge, 1991.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NÍCACIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5a. ed. São Paulo: Almedina, 2020.
- LENIN, Vladimir Ilyich. **O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011, 270p.
- LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anti-colonial**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2020.
- MIRIDZHANIAN, Anait. **Conflict uproots record 6.9 million people in Congo – IOM**. Reuters, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/conflict-uproots-record-69-million-people-congo-iom-2023-10-30/>. Acesso em 2 de maio de 2024.
- PEREIRA, Letícia; AGUILAR, Sérgio L. C. **Congo - A atual dinâmica do conflito e a rendição do M23**. **República Democrática do Congo**. Acnur, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/republica-democratica-congo-rdc/>. Acesso em 29 de abril de 2024.
- SAID, Edward W. **Culture and Imperialism**. Nova York: Vintage Books, 1993.
- VALENZOLA, Renato Henrique. **O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais**.